

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2019
(Da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural)

Solicita informações ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) sobre os procedimentos e requisitos para cumprir as exigências de exportação de carne para a China.

Senhor Presidente,

Senhor Presidente, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) pedido de informações, conforme segue.

1) A China, pela grande quantidade de carne que importa e pelo preço atraente que paga, tornou-se o melhor mercado para o Brasil no momento. Quais são os procedimentos e requisitos para cumprir as exigências de exportação de carne para a China?

2) Por que existem barreiras à habilitação de novas plantas frigoríficas para a China?

3) No processo de habilitação de indústrias para exportar para a China, serão priorizados os estabelecimentos que já exportam para a União Europeia. Quais são os frigoríficos habilitados para exportar carne para a União Europeia?

4) Quais são os frigoríficos já habilitados para exportar carne para a China?

5) No atual cenário político-administrativo, em que o Brasil necessita de espaço para crescer economicamente, existe um monopólio que impede os empresários paraenses de participarem do comércio de exportação de carne, principalmente, para a China?

6) O Estado do Pará é referência na agricultura e na pecuária. Por que a discriminação com um Estado produtor e que possui um dos mais

importantes eixos de logística portuária, que beneficia o País no escoamento da produção de serviços e bens de consumo para a comunidade internacional?

7) Quais seriam as situações que estariam prescritas que impendem os empresários paraenses - e também de outros Estados da Federação - de participarem do processamento e venda de carne bovina para a China?

JUSTIFICAÇÃO

Circula desde a última sexta-feira, 26 de abril, informações relacionadas ao novo processo de habilitação de indústrias para exportarem para a China. Veicula-se que serão priorizados os estabelecimentos que já exportam para a União Europeia.

Esse critério é arbitrário e, se isso acontecer, o Estado do Pará - que também luta para alcançar o seleto mercado europeu - mais uma vez ficará de fora, sacrificando os produtores paraenses.

Nos últimos anos, o mercado brasileiro tem crescido com as exportações de carne bovina, alcançando significativos resultados para a economia brasileira. Esse sucesso é resultado do esforço conjunto dos produtores rurais; das indústrias e de suas entidades de classe; dos governos municipais e estaduais; e, fundamentalmente, do Governo Federal, por meio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do atual Ministério da Economia e do Ministério das Relações Exteriores.

Ocorre que, também, se percebe, nos últimos anos, o esgotamento desse esforço exportador, com uma oscilação da quantidade exportada em torno da média de 1 milhão de toneladas.

Da mesma forma que reconhecemos o mérito pelo avanço, atribuímos a esta estagnação - além de fatores externos - os diversos desacertos, principalmente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como no foco de Febre Aftosa de 2005; no suposto caso de Encefalopatia Bovina (EEB) “Mal da Vaca Louca” em 2010; na Operação Carne Fraca em 2017; e na suspensão da importação pelos Estados Unidos em 2017 por problemas sanitários; dentre outros.

Além desses episódios, a excessiva centralização, burocracia e falta de transparência das negociações e dos processos de habilitação de estados e estabelecimentos industriais parece-nos que começou a gerar graves entraves ao ingresso de novas empresas e até à manutenção das antigas no seletíssimo rol das exportadoras, sobretudo aos maiores e melhores mercados mundiais.

Como exemplo, o mais recente processo de habilitação de plantas frigoríficas para a China. Esse importante País tornou-se o principal objetivo comercial das indústrias de carne brasileiras. A demanda chinesa por carne bovina já supera a sua oferta de mais de 1,6 milhão de toneladas e as projeções apontam que chegará a 2,2 milhões de toneladas em 2025, ampliando ainda mais as possibilidades de exportação.

Cabe ressaltar o enorme interesse da China em ampliar as possibilidades de comprar mais carne bovina brasileira e o das nossas indústrias em atender a essa relevante demanda. No entanto, atualmente, apenas cinco estados - São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Rio Grande do Sul - têm o privilégio de vender carne bovina para a China.

Desde 2015, indústrias dos estados do Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia e Tocantins, por exemplo, - a partir dos acordos e protocolos assinados - não apresentam restrições para exportar para a China. Essas indústrias têm se esforçado para participar do mercado chinês, cumprindo todas as orientações da autoridade sanitária nacional, que é o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Ao longo desse período, uma verdadeira maratona foi percorrida por essas indústrias: elaboração, tradução e envio de uma infinidade de documentos; ajustes nos sistemas industriais; e participação em eventos nacionais e internacionais.

Após meses de truncadas negociações e informações desencontradas, com programações e vistorias definidas de maneira subjetiva, essa fase do processo terminou fracassada ao final do Governo Temer em 2018.

Retomadas as negociações em 2019, continuam as especulações, inclusive com anúncio de programação de visitas de autoridades brasileiras à China com, entre outros, o propósito de acertar a ampliação das nossas exportações de carne bovina.

Porém, essa perspectiva reanimou os empresários, especialmente os do Estado do Pará que viram uma nova oportunidade de atingirem seu grande objetivo.

A expectativa foi reforçada quando, no último dia 10 de abril de 2019, a Ministra da Agricultura, Tereza Cristina, atendendo pedido do Governador do Estado do Pará, Helder Barbalho, recebeu uma delegação de pecuaristas e industriais paraenses que foram exatamente pedir essa oportunidade.

Categórica e enfaticamente, a Ministra Tereza Cristina afirmou que os interessados deveriam reapresentar a documentação competente até o dia seguinte, 11 de abril de 2019, e que ela defenderia esses pleitos na sua iminente viagem à China.

Rapidamente, as empresas paraenses protocolaram a documentação em tempo hábil e, esperançosas, passaram a acompanhar os próximos acontecimentos.

No dia 26 de abril de 2019, um estranho e-mail passou a circular no meio empresarial, revelando que um contato telefônico de um suposto representante da Administração Geral das Alfândegas da República Popular da China teria sugerido que o MAPA priorizasse, no primeiro momento, apenas os pleitos das indústrias que já estivessem habilitadas para a União Europeia.

Perplexos e incrédulos, os empresários brasileiros interessados buscaram uma posição oficial do MAPA sobre essa informação, o que acabou se concretizando na afirmação do seu Secretário de Comércio e Relações Internacionais, em reunião com as associações de classes, ocorrida no último dia

02 de maio de 2019, naquele Ministério, e na Nota Oficial publicada no *site* do MAPA. Definitivamente, essa situação prejudica a cadeia agroindustrial da pecuária paraense.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 2019

Deputado FAUSTO PINATO
Presidente